Boletim da FENATTEL

Boletim Digital.
Informativo eletrônico da FENATTEL - 09/03/2017

Filiadaà:

Você está recebendo o Boletim Digital semanal da FENATTEL, que também irá circular com edições extras de acordo com a dinâmica do movimento sindical dos trabalhadores em Telecom.

Edição especial – O desmonte da Previdência

"15 milhões de brasileiros vão contribuir e não conseguirão se aposentar", estima Diretor Técnico do DIEESE

A 13ª Jornada Nacional de Debates promovida pelo DIEESE com as Centrais Sindicais debateu o desmonte da Previdência (PEC 287) proposto pelo governo Temer. Reunidos em São Paulo, no último dia 23, 80 entidades sindicais compareceram ao evento que ampliou a discussão sobre os reflexos altamente prejudiciais que a "reforma" trará à população brasileira. Nesta edição especial – O desmonte da Previdência, mostraremos os vastos prejuízos.

Nas diversas propagandas pagas pelo governo, fala-se que a reforma da previdência é necessária e é tratada como se fosse algo positivo. O slogan, inclusive, passa a ideia de que um sacrifício deve ser feito hoje, para que as futuras gerações também possam se aposentar. Tudo propaganda enganosa. Não podemos cair nessa!

De acordo com Clemente Ganz Lúcio, Diretor Técnico do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), a PEC 287 visa retardar (o tempo de acesso à aposentadoria), limitar (nem todos terão o benefício), arrochar (o valor do benefício será menor); e excluir.

"Na regra atual, os trabalhadores com mais de 55 anos (mais de 27 milhões de pessoas) chegarão na idade mínima de aposentadoria (hoje: 65 anos homens e 60 mulheres) e 9 milhões não conseguirão o benefício. E pior que isso é a PEC, que vai ampliar o número de excluídos. Logo serão 15 milhões de brasileiros que, mesmo contribuindo, não irão se aposentar!", enfatizou Clemente.

As justificativas do governo Temer se mostram mentirosas ao observar o que os dados evidenciam. O governo insiste que a previdência é deficitária e é o item de maior gasto. Extinguiram o Ministério da Previdência e transformaram em uma secretaria do Ministério da Fazenda. Isso é, a previdência pública deixou de ser uma política social e passou a ser encarada, simplesmente, como despesa.

Para a Coordenadora de Pesquisas do DIEESE, Patrícia Pelatiere, a conta feita pelo governo não está correta, pois somam, apenas, as contribuições urbanas e rurais e subtraem pelos pagamentos dos benefícios urbanos e rurais.

"Não podemos esquecer de que

A FENATTEL está construindo a unidade dos trabalhadores no Brasil

a previdência faz parte de uma estrutura de proteção social que foi conquistada com esforços e grafada na constituição de 88, onde se definiu diversas fontes de receita para a seguridade social. Em nenhum momento se falou que o sistema deveria ser sustentado única e exclusivamente por contribuições de aposentadoria", relembrou Patrícia.

Conforme os dados apresentados, houve uma redução do saldo da seguridade em relação aos últimos anos. Mas isso não se deve à pouca arrecadação e sim à queda da economia, onde milhões de pessoas perderam seus empregos. Mas, ainda assim, o sistema tem sustentação financeira superavitária. Saldo previdenciário negativo é diferente de déficit! Os Auditores Fiscais da Receita acompanham há anos o sistema e garantem que a receita da Seguridade sempre foi superavitária.

Outro argumento que serve de desculpa para o desmonte é de que o envelhecimento populacional estaria pressionando o custeio da previdência. De fato, o Brasil está envelhecendo, pois a taxa de fecundidade caiu. Mas, em um país tão desigual e diverso como o Brasil, é necessário observar as peculiaridades e não apenas se basear na média de expectativa de vida. A questão demográfica não está isolada das demais variáveis.

Um problema que, realmente, pode fazer diferença nas contas é o fato de existir um mercado de trabalho informal e, muitas vezes, ilegal. Portanto, há brasileiros que não estão contribuindo e nem terão o direito ao benefício. Neste aspecto, seria importante reforçar a fiscalização sobre as relações de trabalho.

PEC da Maldade

A PEC 287 é um complemento da PEC que limita os gastos públicos nos próximos 20 anos (aprovada recentemente). Para cumprir a emenda do teto, com cortes em saúde e educação, e equilibrar as contas, o governo irá retirar de onde considera haver maior despesa, da previdência. Se não cortarem gastos, não conseguirão cumprir a PEC absurda que eles mesmos aprovaram.

Na realidade, segundo Patrícia Pelatiere, o maior gasto do orçamento público é com pagamento de juros e amortização da dívida. "A conta do pagamento de juros pesou mais de 8% do PIB brasileiro em 2015. Mas o pagamento das dívidas está fora do teto dos gastos públicos", afirmou Patrícia.

Que ajuste fiscal é este, "tão necessário", que corta investimentos sociais importantes e desconsidera ajustar a maior despesa?

Igualar os desiguais

O absurdo que não aparece nas propagandas de Temer é o tratamento desigual que a PEC da previdência propõe. Mais de 90% dos trabalhadores rurais só se aposentam por idade (55 anos mulheres e 60 homens). Mais de 50% dos trabalhadores urbanos só se aposentam por idade (60 anos mulheres e 65 homens). Mais de 70% das mulheres só se aposentam por idade e não por tempo de contribuição.

O desmonte proposto traz um cálculo praticamente inédito no mundo: idade mínima somada ao tempo de contribuição, extremamente altos! A PEC 287 iguala grupos tão distintos: mulheres, homens, trabalhadores rurais, trabalhadores urbanos, professores da educação básica, e demais trabalhadores (exceto os militares) na mesma regra.

Chega de corte de direitos!